

Itinerários e articulações do “meio negro” na Capital Federal a partir da trajetória de Manuel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910)

CAROLINA VIANNA DANTAS*

Se até a década de 1990 a produção historiográfica brasileira dedicou pouco espaço à investigação da presença e atuação política dos negros na Primeira República, atualmente já há pesquisas que recuperam sua participação em revoltas urbanas e rurais, em mobilizações por melhores condições de vida, autonomia e igualdade de tratamento, no movimento operário, na imprensa, no teatro de revista, na indústria fonográfica e na organização de espaços próprios, como irmandades, associações dançantes, clubes recreativos, centros cívicos, entidades de representação política, grupos carnavalescos e times de futebol e etc. Embora até os anos de 1980 os estudos sobre tais temas tenham sido estudados, sobretudo, para São Paulo, recentemente os historiadores tem revelado os processos de formação e de atuação do “meio negro” em outras regiões cidades, como Pelotas, Salvador, Campinas e Rio de Janeiro.

Assim, o conjunto dessas novas abordagens fornece pistas importantes sobre os esforços de determinados grupos formados por negros em criar e legitimar espaços capazes de oferecer possibilidades de expressão, mobilização e participação política naquela sociedade. Entretanto, para identificar e compreender a dinâmica desses espaços e seus desdobramentos é preciso pensar a partir do alargamento do conceito de participação política, estendendo sua definição às atitudes, comportamentos e estratégias para além do exercício do voto e do resultado das eleições. Considerado de forma ampliada, o conceito de cultura política pode ser uma importante ferramenta para a compreensão dos embates políticos cotidianos, das aspirações políticas de determinados grupos e atores não dominantes, dos valores e práticas compartilhados por eles e das estratégias utilizadas para assumirem papéis de protagonismo político em determinados momentos. A atuação do advogado negro Monteiro Lopes (1867-1910) e suas formas de “fazer política” ajudam a dimensionar as possibilidades e os limites desses espaços, além de fornecerem importantes pistas sobre o “meio negro” na Capital

*Bolsista PRODOC/CAPES no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense.

da República. Assim, o objetivo dessa comunicação é, através da experiência de mobilização política de indivíduos e grupos negros em torno da eleição de Monteiro Lopes para deputado federal, em 1909, registrar os itinerários e articulações do “meio negro” a partir dos quais tal mobilização se deu na Capital da república.

“Negro retinto”; “homem de cor”; homem público “(...) afamado pela inteligência e filho de africanos (...)”; “(...) líder dos negros. Bem falante, trajando com esmero e desfrutando de certo prestígio político (...)”; “líder da raça negra, suando reivindicações, a falar sempre, muito alto”; “bom negro”; “(...) histórico republicano, que tinha trovoadas na voz e perdigotos nas palavras (...) de estatura regular, gordo e de cor preta desbotada, beirando a mulato, brincalhão e simpático (...)” Trata-se de Monteiro Lopes, que se definia politicamente como republicano, socialista não-revolucionário e defensor dos trabalhadores e não das políticas estaduais. Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu livre no mês dezembro de 1867 em Recife, Pernambuco. Sobre seus pais, Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e Maria de Paula Lopes, há poucas informações, sendo impossível determinar se viveram a experiência do cativo, se eram africanos ou nascidos no Brasil. Apenas um memorialista, Sebastião Martinez — que afirmou ter conhecido Monteiro Lopes pessoalmente - mencionou que o “deputado negro” era filho de africanos, sem dizer, contudo, se haviam sido cativos. Alguns obituários também mencionaram que Jerônimo era operário.

Formado na Faculdade de Direito do Recife, Monteiro Lopes não eram um homem de posses. Chegou a Capital da república por volta de 1894 e, até 1903, exerceu o ofício de advogado. Os jornais da época o identificavam como “advogado de irmandades”, “defensor dos operários”, “líder dos pretos”. Também que atuou ativamente no movimento abolicionista e na campanha republicana. Monteiro Lopes vestia-se de maneira formal e sóbria: de casaca em tecido pesado e de cor escura, projetando uma aparência de seriedade e altivez. Residia no subúrbio, perto da Estação do Rocha — localidade próxima à área portuária da cidade — e mantinha um escritório nas imediações da Praça Tiradentes. Publicou o folheto *Os miseráveis do Recife*, no jornal recifense *Eco do Povo*, em 18873 e o romance-novela *Drama de sangue*, em 1890, em fascículos.

Entre os homens públicos com os quais estabeleceu relações de afinidade na capital federal estão Lopes Trovão, Evaristo de Moraes, José do Patrocínio, Pedro do

Couto, Hemetério dos Santos, Libâneo de Souza, Ezequiel dos Santos. A exceção de Lopes Trovão e Pedro do Couto, todos eram identificados na época como negros ou mulatos. Mas, além desses laços de afinidade, Monteiro Lopes também se associou a algumas instituições e frequentou determinados estabelecimentos, participando de suas atividades. São os chamados lugares de sociabilidade em torno dos quais debateu questões e viveu experiências comuns. Monteiro Lopes participava das atividades da *Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro*, era membro ativo da *Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário* e mantinha relações políticas estreitas com os trabalhadores negros do *Centro Internacional Operário*. Também manteve contato com associações negras fora do Rio, como a *Federação Paulista dos Homens de Cor*, o *Colégio São Benedito* e com lideranças negras e operárias, como Rodolpho Xavier 5, de Pelotas, e Benedito Florêncio, de Campinas. Essa rede de sociabilidades indica que Monteiro Lopes transitava nos meios intelectuais, políticos, operários e associativistas, exercendo uma dupla militância, já que era uma liderança para trabalhadores negros. Suas reivindicações e projetos políticos defendidos na Câmara priorizavam a luta por direitos trabalhistas e sociais. Já em seus discursos nota-se a aspiração por igualdade de tratamento entre negros e brancos, pelo acesso irrestrito dos negros às escolas e pelo acionamento da justiça em caso de discriminação racial, uma vez que o artigo 72 da Constituição de 1891 sustentava a igualdade de todos perante a lei.

A maioria das fontes menciona que Monteiro Lopes era reconhecido como uma liderança do operariado das fábricas, trabalhadores municipais da baixa hierarquia e “operários de cor das oficinas municipais e federais (...)”. No entanto, a partir das associações que participaram da mobilização em prol da sua posse entre fevereiro e maio de 1909 e das homenagens prestadas na ocasião do seu falecimento, em dezembro de 1910, é possível identificar os grupos e associações com os quais se relacionava diretamente: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiches e em café; sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiches e em carvão; militares de baixa patente e alferes; operários do Arsenal da Marinha; mestres da locomoção; operários da fábrica de cartuchos de Realengo; bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil; operários do Engenho de Dentro; operários da Imprensa Nacional; trabalhadores do serviço de prevenção à febre amarela; trabalhadores das capatazias da Alfândega; e

“associações onde o elemento preto superabunda”, segundo as palavras de um jornalista de A tribuna (04/05/1909). Essa pista nos indica que é possível que muitos trabalhadores se identificassem com Monteiro Lopes em função de afinidades étnico-raciais, até porque muitos desses ofícios e associações reuniam grande contingente de trabalhadores negros.

Monteiro Lopes frequentava o afamado Café do Rio — localizado entre as ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias. O lugar era ponto de encontro de estudantes das Escolas Militar e Politécnica e da Faculdade de Medicina, de jovens médicos, boêmios, jacobinos e de muitos políticos, tais como: Floriano Peixoto, Tasso Fragoso, Ernesto Senna, Lopes Trovão, Herédia de Sá, Augusto Severo, Tavares de Lira, Lauro Müller, Barbosa Lima, Rosa e Silva, Irineu Machado, Serzedelo Correia, Sá Freire, Lauro Sodré, Pinheiro Machado, Augusto de Vasconcelos, Alcindo Guanabara, J. J. Seabra, Francisco Glicério, João do Rio, Luiz Edmundo, entre outros.

Na descrição dos frequentadores do Café feita pelo memorialista Luiz Edmundo, Monteiro Lopes teve seu nome precedido pela palavra *preto*. Embora Francisco Glicério também fosse negro seu nome não foi precedido por nenhum qualificativo racial. Será que a intenção do memorialista era acentuar uma possível origem africana ou escrava de Monteiro Lopes? Também se pode aventar a hipótese de que ser negro, assumir-se como tal e empreender debates públicos sobre a questão racial, de fato, não tenha sido a opção de Glicério — senador por 13 anos e reconhecido tribuno/propagandista da república.

Sebastião Martinez, outro memorialista, mencionou que Monteiro Lopes também ia ao Café Java, no Largo de São Francisco, frequentado pelos estudantes da Escola Politécnica, aos quais contava seus feitos como propagandista da república. De acordo com Martinez, os estudantes chamavam-no de “Tinteiro Lopes”.

Em geral, as menções a Monteiro Lopes na grande imprensa foram marcadas por esse qualificativo racial. Como observou Álvaro Pereira do Nascimento, esse jogo retórico com as unidades semânticas das categorias de cor era bastante comum no início do século XX. Esse tipo de associação a partir da qual indivíduos eram identificados pela cor acionava estigmas do tempo do cativo, marcava hierarquias e impunha barreiras, funcionando com um predicado que sinalizava determinados estigmas inferiorizantes: como a condição de vagabundo, ladrão, desinteligente, preguiçoso, mal-educado, desordeiro e etc.

Entretanto, em meio à predominância de práticas e valores racialmente discriminatórios em relação aos negros, houve quem tenha mantido publicamente posições anti-racistas, inclusive brancos. Luiz Edmundo, ao comentar sobre a prática de esportes na cidade, relatou sem precisão de data que, por serem negros, Monteiro Lopes e sua mulher foram barrados no bar do pavilhão de regatas — construído por Pereira Passos no bairro de Botafogo. Ao ver o dono do estabelecimento impedir o casal de entrar, uma mulher branca, a intelectual boêmia Maria de Bragança e Melo, foi ao bairro da Saúde e voltou com trinta estivadores negros. Sem que o dono do estabelecimento tivesse tempo de reagir, todos entraram e se acomodaram no bar para serem servidos em resposta à discriminação sofrida por Monteiro Lopes no recinto.

As práticas de discriminação racial estavam presentes, portanto, no cotidiano da população negra no Rio de Janeiro. As barreiras baseadas nas diferenças raciais se manifestavam de muitas formas e em intensidades diferentes e foram compreendidas pelas pessoas contra as quais eram erigidas de forma diversa. Às vezes, apareciam sob a forma do humor, como no caso das pilhérias ou, de maneira mais contundente, no caso das suspeições policiais e dos obstáculos ao acesso a postos de trabalho, escolas, cargos públicos, associações, hospitais, teatros, hotéis, bares e etc.

Mas o fato é que Monteiro Lopes, afirmando-se como negro, advogado, republicano, e defensor dos trabalhadores, conseguiu rapidamente conquistar reconhecimento público na capital. Depois de exercer a advocacia por cerca de 10 anos, em 1903, foi eleito e reconhecido como membro do Conselho Municipal do Distrito Federal. Sua atuação destacou-se pela defesa de benefícios para os operários, tendo apoiado, entretanto, por quase todo o mandato as medidas reformadoras do Prefeito Pereira Passos. Segundo informação da revista *Careta*, Monteiro Lopes teria se oposto ao *Código de Posturas* implementado pelo Prefeito somente no final do mandato.

Contudo, ao término desse mandato como intendente (1903-1904) candidatou-se novamente sem vinculação partidária ao cargo e, embora tenha conseguido uma expressiva votação, como informou a *Gazeta de Notícias*, não foi reconhecido nem diplomado. Acabou excluído da legislatura seguinte do Conselho Municipal.

Em 1905, Monteiro Lopes viveu episódio semelhante. Ao pleitear uma cadeira de deputado federal pelo então Distrito Federal - como de costume, sem se associar a partidos políticos - foi eleito, mas não reconhecido e diplomado. O próprio admitiu em

uma entrevista ao jornal *O Commercio*, de Bagé, que nessas duas ocasiões, ao ser eleito e não reconhecido, foi “esbulhado” em seus direitos. Mas é certo que esses ataques racistas não desanimaram Monteiro Lopes, que buscou combatê-los a partir de uma perspectiva integracionista de ascensão a cargos políticos mais altos e da mobilização, principalmente de negros e mulatos. Assim, ao ter sua entrada sistematicamente barrada em instituições como o Conselho Municipal e a Câmara dos Deputados, Monteiro Lopes mudou de estratégia: em 1909 apresentou-se novamente como candidato a deputado federal pelo 1º distrito da capital federal, agora vinculado ao *Partido Republicano Democrata*. Segundo um dos dirigentes, o advogado e político Mello Mattos, o partido seria uma organização aberta a diversas tendências políticas e a livres pensadores, tendo como peças centrais do seu programa a instrução pública e o sufrágio popular.

Pela repercussão na imprensa, Monteiro Lopes deve ter realmente trabalhado muito com seus correligionários na divulgação de sua candidatura. O memorialista José Vieira mencionou que na época comentavam que Monteiro Lopes passou por graves dificuldades financeiras em função dos gastos com a campanha. Exagero ou não, as fontes evidenciam o grande investimento pessoal de Monteiro Lopes em conquistar um lugar na Câmara dos Deputados.

Em janeiro de 1909 a campanha estava a pleno vapor, afinal as eleições estavam marcadas para o dia 30 daquele mês. As mesas do seu escritório “(...) estavam cobertas de papéis, requerimentos, certidões, nomes anotados à pressa, lembretes com recados, caixas repletas de cédulas eleitorais (...)”. Homens entravam e saíam “(...) trazendo recados, levando cédulas (...)” Com esse ritmo frenético de trabalho, incluindo noites em claro e falta de tempo para as refeições, Monteiro Lopes entrava na “(...) luta pela vitória das urnas”.

A revista *Careta* opôs-se sistematicamente à candidatura de Monteiro Lopes, associando-o sempre a aspectos negativos que iam desde a feiúra até a compra de votos, passando pela burrice, oportunismo e legalismo. Nessa campanha contra o que julgava serem maus políticos, a revista utilizou constantemente o recurso de inserir comentários racistas sobre Monteiro Lopes em meio à abordagem de outros assuntos. Em outros momentos as injúrias eram bastante diretas: “Não foi possível publicar o retrato do provector Monteiro Lopes, porque o nosso fotógrafo teve a infeliz ideia de procurá-lo à

noite. Bateu toda a cidade e o Dr. Não foi visto.”

A *Fon Fon* publicou uma entrevista fictícia com Monteiro Lopes. Ao ser perguntado sobre seu programa político, disse que não tinha um, mas que ia fazer muita coisa. O primeiro ato seria pedir a Mesa Diretora que mandasse abrir mais janelas na Câmara para ver “tudo claro”. Depois, disse que exigiria o fim dos votos em branco. Todas as propostas apresentadas são troças que fazem jogos semânticos com os binômios claro/escuro, preto/branco.

As matérias publicadas sobre Monteiro Lopes nessas revistas insistiam em afirmar que ele não diferia de todos os demais políticos: só estaria interessado em obter votos em troca de favores, não teria opinião formada sobre os principais problemas do país e aderiria a quem estivesse no poder. Suas principais bandeiras de luta em prol dos operários e do funcionalismo público – seus maiores aliados – foram satirizadas de modo que seu programa político principal foi citado da seguinte forma: reduzir a jornada de trabalho para 4 horas por dia com dois intervalos, um para o almoço outro para o jantar; dobrar os vencimentos dos funcionários públicos, promovê-los, aposentá-los e conceder montepios a todas as suas famílias indiscriminadamente.

No dia 30 do mesmo mês deu-se a eleição. Vários jornais noticiaram que desde cedo Monteiro Lopes e seus aliados percorreram os locais de votação do 1º distrito da capital para evitar fraudes. A *Careta* e a *Fon Fon* fizeram troça da vitória de Monteiro Lopes através da publicação de várias notinhas. Entre outras, uma das mais elaboradas saiu com o título: “Uma questão de preposições” e dizia: “Se o Sr. Monteiro Lopes for reconhecido e diplomado não será um representante da nação, mas, um representante de nação.” Associava-o assim a elementos considerados de forma negativa na época, como origens e heranças africanas.

Mas no mês de fevereiro a grande imprensa começou a noticiar a existência de rumores de que Monteiro Lopes não reconhecido como deputado federal. Os boatos diziam que Afonso Pena e o Barão do Rio Branco não queriam um negro na Câmara dos Deputados, pois isso envergonharia o país.

De fato, *O malho* publicou várias notas e caricaturas nas quais insistiu na participação de Afonso Pena e do Barão do Rio Branco na exclusão de Monteiro Lopes da Câmara. No dia 6 de fevereiro, por exemplo, a capa do periódico trouxe um desenho de Monteiro Lopes posicionado entre Rio Branco e Afonso Pena. O título era: “pretas.”

Abaixo, o seguinte diálogo:

Pena — Vejam só isto! Até um preto, retinto como carvão, já é eleito deputado! Aí está o resultado do povo meter-se em política: qualquer borra-botas vale tanto como um titular...Não admito isso! (...)

Barão — Realmente, um pretalhão daquele eleito deputado, é uma espécie de eclipse na “República dos Conselheiros”... é tudo quanto pode haver de mais democrático...de mais feniano...e até de mais tenente do diabo! Fica mesmo uma República Carnavalesca.

Pena — E eu dançando de velho no meio dela ... Pois sim! Vou por o intruso no meio da rua! Leve tudo o diabo, mas não consinto preto no rebanho! Quem faz a política é o pastor. E o pastor sou eu! (*O malho*, 06/02/1909)

Diante da ameaça de Monteiro Lopes ser impedido de assumir o cargo de deputado por ser negro, em 15 de fevereiro de 1909, Monteiro Lopes realizou uma grande reunião com “homens de cor” no *Centro Internacional Operário* para tratar da sua possível exclusão da Câmara dos Deputados. A reunião foi presidida pelo veterano da guerra do Paraguai, o sargento negro reformado Libâneo de Souza. Entre outras coisas, deliberaram: pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa, às organizações compostas por homens negros na cidade e em todo o país; enviar um “memorial” a Rui Barbosa, pedindo que como representante do Estado da Bahia “onde a maioria é gente de cor”, aconselhasse a bancada baiana a não deixar que Monteiro Lopes, eleito pelo povo, fosse excluído da representação nacional por ser negro; dirigir uma mensagem ao presidente da província de Minas Gerais, Wescslau Brás, para que aconselhasse a bancada do seu estado a praticar os preceitos republicanos pregados pelo “inesquecível estadista João Pinheiro”; fazer uma manifestação pública e solene à imprensa livre e independente, que junto com o povo - segundo os aliados de Monteiro Lopes - “(...) têm combatido o atentado que maus brasileiros projetam, como seja, excluir da representação nacional o Dr. Monteiro Lopes, julgando incompatível sua cor para fazer parte da Câmara dos Deputados, apesar de legalmente eleito”; convocar “um grande comício popular, onde será, dentro da ordem e da lei, lida uma enérgica mensagem contra o odioso sistema que se pretende implantar no regime republicano, fazendo-se distinção de raças e de castas, criando-se privilégios de cor, cindindo-se estupidamente a família brasileira.”

A ata da reunião também dava notícia da expedição de telegrama para a redação do *Diário da Bahia*, pedindo adesão ao movimento contra a exclusão de Monteiro Lopes, supostamente chefiada pelo *Centro Industrial*, por fazendeiros ex-negociantes de escravos, cujo porta-voz seria Alcindo Guanabara, “antigo jornalista dos escravocratas.”

Telegramas do mesmo tipo foram enviados a Pernambuco e outros Estados. O *Centro Internacional Operário* providenciou o encaminhamento de uma ação judicial em defesa do deputado eleito.¹

Ao término da reunião, esses “homens de cor” fizeram questão de registrar que deram vivas à república, à imprensa livre e à memória de João Pinheiro. Com uma dessas saudações — “Viva a República sem o preconceito de cor!” — todos se dispersaram na “melhor ordem”, de acordo com a ata assinada pela *Comissão Permanente Contra a Exclusão de Monteiro Lopes*.

As manifestações de apoio e pressão junto a chefes políticos locais e nacionais por sua diplomação vieram à tona, sobretudo através da imprensa e de comícios, realizados por associações e lideranças negras no Rio de Janeiro e, em outras cidades do país, como Pelotas, Santa Maria, Bagé, Porto Alegre, Campinas, São Paulo, Recife, Fortaleza e Salvador.

Em função dos protestos em favor da diplomação de Monteiro Lopes, a *Careta* passou a acusar os próprios negros de estarem ensejando discriminação e segregação no país:

(...) E por falar em macacos, os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma coisa que não existia: o preconceito de cor. Os pretos querem fazer no Brasil o que os brancos fazem nos Estados Unidos: excluir os que não são negros do convívio racial. Está aí no que deu a intrigada feita em torno do caso Monteiro Lopes. (*Careta*, 03/04/1909)

O cronista então imaginou o Brasil invertido, como uma sociedade segregada com os negros no lugar dos brancos se vingando da escravidão. Ironizando a ascensão de um negro à política e as conseqüências disso em termos de identificação racial e de possibilidade de ampliação de sua participação na sociedade, o cronista continuava suas projeções:

Agora os brancos vão ver o que é perseguição: bondes à parte, restaurantes à parte, teatros à parte, e por qualquer crimesinho, um linchamento de todas as regras. Porque os negros perderam a paciência e querem o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer muita coisa entre as quais que o que hoje nós chamamos de cabelo ruim vai ser chamado agora de cabelo bom. Porque, enfim, isso não passa de uma simples convenção. (...) desde que se estabeleça que a cabeleira crespa ou torcida seja a boa, a que for lisa merecerá sem dúvida o nome de má cabeleira. Logo, fiquem sabendo os de cabelo chamado bom atualmente, que este mesmo cabelo brevemente vai ser chamado de ruim e

será um estigma aviltante. (*Careta*, 03/04/1909)

Essa onda de protestos que evidenciou publicamente a capacidade de mobilização dos negros em várias cidades brasileiras também foi satirizada através de quadrinhas de suposta, fazendo-se uso como recurso cômico do tal “falar estropiado dos negros”:

Ao dispois de um home inleito/Esse povo qué tratá/Das inleição anulá/Para fazê o outro intra.../O’gente! Isso ta direito?/Mi parece imbromação!/O pessoar, num arranco,/Quê fazê do preto branco,/Mas eu não vou no arrastão/Nessa ondea é que não caio!/Despois do Treze de Maio/É tão bão como tão bão!/Esses homes não me atende,/Pois são branco, lá si entende/Mas na Camara hei de intra/Ocugelê cubabá! (...) (*A tribuna*, 02/02/1909)

Ocugelê cubabá!/Vamu sahi da cacimba/Mostrá que a Cambra [Câmara] é marimba/Que preto pode tocá. (*A tribuna*, 20/02/1909)

(...)

– Seu Montero Lope stá inleito! Isto qué dizê que nois fiquemo na ponta...
– Tal i quá! Vou arranjà diproma de bacharé p’ra sê candidato a presidença...
– Sim, senhô!
– E eu vou mi dimiti de conzinheiro p’ra mi presentá p’ra intendente! (*O malho*, 06/02/1909)

Entretanto, o que antes era encarado só com pilhérias pela imprensa começou a ser debatido também como assunto sério e de interesse nacional.

A *Gazeta de Notícias* publicou um artigo no qual o articulista comentava o telegrama expedido à imprensa pelo *CEML* de Pelotas. O texto acusava Monteiro Lopes de coagir a Câmara - por meio da mobilização dos negros - para que o reconhecesse deputado. A pressão feita pelos negros, segundo o autor, retirava da Câmara go trabalho de h̄eleito mesmo de verdade Monteiro Lopes foi .verificar se o Srproclamando antecipadamente

(...) a legitimidade do seu título, dando-lhe assim a invejável situação privilegiada de não depender como os outros 221 candidatos do exame de atas e outras condições que a lei exige, mas só em relação aos brancos. E a Câmara que não se faça de fina se não quer que o Sr. Monteiro Lopes levante a raça inteira para obrigá-la a dar-lhe a cadeira que disputa e sobre cuja posse não admite exame nem discussão. (*Gazeta de Notícias*, 09/03/1909)

Percebe-se que os protestos pelo reconhecimento de Monteiro Lopes pareceram ameaçadores a alguns, como se a mobilização e a organização política baseada em uma identidade racial e a exigência igualdade de tratamento entre brancos e negros fosse um acinte, uma demonstração de indolência, de insubmissão. Os negros estariam ousando sair “do seu lugar”.

Nos jornais debatia-se acerca dos espaços que poderiam ser ou não ocupados por negros naquela sociedade. Ao avaliar positivamente, o processo de aglutinação de “todas as classes de homens de cor” em torno da candidatura de Monteiro Lopes, um jornalista do *Correio da manhã* afirmou que isso só foi possível porque esse era um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo. Segundo o jornalista, essa espécie de solidariedade racial permaneceu em “estado latente” desde a abolição, quando “ao negro foi concedido um lugar na humanidade (...) subindo na consideração geral e fazendo parte integrante da população da república, deixando de ser uma coisa para ser um cidadão”. Embora essa não tenha sido uma posição unânime da época, o jornalista considerou que a abolição e a república haviam aberto portas para os negros, prova disto seria a presença de negros ilustres nas ciências, nas letras, nas artes, no magistério, na medicina, na advocacia, na literatura e no comércio. Faltava apenas um lugar: o Congresso Nacional. Por isso é que, em 1909, de norte a sul da república havia ligas, *clubs* e associações onde indivíduos negros se agremiavam regularmente, convergindo “esforços para a formação de um forte partido político, chefiado pelo deputado negro, e por ele terçando as armas.” Essa busca por um lugar no parlamento seria a origem do prestígio de Monteiro Lopes em todos os estados da república, ratificou o articulista.

Ao argumento dominante de que seria vergonhoso para o Brasil, diante dos países ditos civilizados, ter um representante negro no Congresso, o jornalista respondeu lembrando que a França aceitou como representante das Antilhas Francesas, o negro Legitimus —, “ (...) que soube impor-se à consideração dos seus pares.” Se a França, modelo de civilização republicana, acolheu um negro em seu parlamento, por que o Brasil deveria excluir Monteiro Lopes? Esbulhar-lhe a cadeira “poderia provocar uma conflagração dos homens de cor”, alertou. O medo de que ações políticas racializadas se tornassem comuns e conflitos raciais explodissem rondava aquela sociedade.

Já em relação à mobilização dos negros do Rio Grande do Sul em torno de

Monteiro Lopes, o jornalista fez questão de informar a seus leitores que “(...) não se tratava apenas de gente sem posição social definida, mas de cidadãos possuindo elementos de uma série resistência, intelectuais a par de seus irmãos de classes menos abastados ou mesmo pobres (...)” Além disso, a repercussão da mobilização dos negros do sul do país provou adesões em outros estados, “(...) reproduzindo essa impressão que todos sentimos de embate de raças (...)” O próprio Monteiro Lopes declarou publicamente achar “(...) positivo a existência desses elementos dispersos, mas com o mesmo pensamento” e a “forte solidariedade” que recebeu de homens e mulheres negros pelo país.

Parece que as pilhérias e insultos racistas proferidos na imprensa de fato desagradaram a Monteiro Lopes, ao passo que as manifestações de solidariedade o inspiraram. Talvez por isso mesmo, ele tenha planejado desfrutar tão intensamente da projeção pública alcançada com a sua diplomação, finalmente ocorrida 1º de maio de 1909.

Era hora de comemorar, enfim, sua chegada à Câmara dos Deputados. Não por acaso, Monteiro Lopes e seus companheiros, escolheram o dia 13 de maio de 1909 para uma grande comemoração pública na capital da república.

Porém, no dia seguinte à essa grande festa, na Gazeta da Tarde, um autor anônimo dirigiu um longo texto a Monteiro Lopes. Começou acentuando a suposta retórica empolada e arrevesada do deputado, afirmando que, na verdade, ninguém levava a sério aquele não passava de negro insolente, segundo seu juízo:

(...) Pretinho audaz e sem escrúpulos, escalando a vida através dessa audácia e dessa ausência de escrúpulos, diz o que lhe parece, como os direitos cômicos que lhe confere a sua ignorância, sem que ninguém lhe preste a atenção. Considerado figura decorativa da política carioca e cabeça de turco das seções humorísticas da imprensa, a gente deixa-o dizer o que entende, justamente porque ele não entende de coisa alguma. (*Gazeta da Tarde*. “Ecos do dia”, 14/05/1909)

O autor retirou, assim, toda a legitimidade do lugar ocupado por Monteiro Lopes, reafirmando hierarquias e relações de submissão. As comemorações do dia anterior pareceram-lhe por demais provocativas e insolentes.

Assim, os estigmas da escravidão eram reafirmados a todo o momento, a despeito dos esforços de muitos negros em livrarem-se delas, como veremos nas palavras de Benedito Florêncio. O jornal *Commercio de Campinas* publicou um artigo

do jornalista negro Benedito Florêncio, comemorando o fato de que 21 anos depois da abolição o primeiro negro entrava triunfante "pela porta larga da democracia republicana" para a representação nacional. Para Florêncio, Monteiro Lopes galgava, através da "escadaria branca" da Câmara, uma "brilhante posição política". O republicano histórico que havia lutado pela instauração do novo regime ao lado de Silva Jardim merecia a homenagem, pois naquele momento era o mais digno representante "da raça redimida". Essa consagração teria sido fruto do sofrimento, do esforço e do trabalho de todos os africanos e seus descendentes que tinham vivido e viviam no Brasil - heróis que teriam edificado "a grandeza decantada deste país fabuloso". Libertos da violência da escravidão, disse ele, os negros começaram a buscar a "educação social" e a "civilizar-se a passos de gigante e em vez de aumentarem as estatísticas criminais (...) se acotovelam nos bancos das escolas."(*Commercio de Campinas*. 13/05/1909)

Monteiro Lopes faleceu na cidade do Rio, aos 43 anos, no dia 13 de dezembro de 1910, em consequência de uma doença nos rins. Não chegou a completar o seu mandato como deputado federal. Sua última intervenção no plenário da Câmara foi no dia 25 de outubro de 1910: votou a favor da anistia dos marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata, justificando seu voto por concordar com as reivindicações dos revoltosos: o respeito à lei e o fim dos castigos corporais.

Alguns jornais destacaram como algo incomum que o corpo de Monteiro Lopes, afinal de contas um negro, fora enterrado com a beca de doutor em Direito e em caixão de primeira classe. Os obituários enfatizaram uma vida permeada por dificuldades financeiras e seu esforço pessoal em lutar contra racismo e a discriminação racial no país.

O velório aconteceu na casa do deputado, por onde passaram centenas de pessoas, entre políticos, funcionários públicos, militares e operários. Fotos publicadas no *Jornal do Brasil* mostram a presença de um grande número de negros e membros da *Irmandade de São Benedito* carregando o seu caixão. Segundo o mesmo periódico, "um crescido número de pessoas de todas as classes sociais" foi se despedir de Monteiro Lopes – o "grande defensor de sua raça".

Telegramas prestando condolências também chegaram de várias partes do país.

* * *

Essas são algumas pistas que indicam, por um lado, a presença de um “meio negro” relativamente organizado na Capital Federal e em processo de articulação com outras associações e lideranças negras espalhadas pelo país no pós-abolição. E, por outro lado, processos de politização da questão racial nesse período.

Cada vez mais pesquisas têm ajudado a fundamentar a tese de que importantes setores da população negra buscaram colocar a questão racial na ordem do dia e encaminhar, por conta própria, suas reivindicações por ganhos sociais e direitos de cidadania, suas expectativas de intervenção, poder e mudança naquela sociedade que não estava muito disposta a incluí-los.

Assim, embora ainda exista um silêncio sobre essa presença política da população negra nas primeiras décadas republicanas - sobretudo para além da imprensa negra e do meio negro em São Paulo - devemos ressaltar que esse silêncio é muito mais historiográfico que histórico.

Bibliografia

BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958

DEODATO, Alberto. *Políticos e outros bichos domésticos: crônicas*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1962.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, 1987.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na república*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

GRIECCO, Agripino. *Gralhas e pavões*. Rio de Janeiro, Record, 1988.

MARTINEZ, Sebastião. *Pimenta, amor e chibata*. Rio de Janeiro, H. Antunes, 1977.

ABREU, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*. N° 20, vol. 11, jan.-jun. de 2010.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *A exaltação das diferenças. Racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. 2004. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Pós-Graduação em História, UNICAMP, Campinas.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. Tradições negras na formação de um sindicato. *Afro-Ásia*. N° 24, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada. Negros, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*. SP, SENAC, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *Venturas e desventuras de uma república de cidadãos*. In: Rachel SOIHET & Martha ABREU (Org.) *Ensino da História. Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.

_____. GOMES, Angela; ABREU, Martha. Apresentação: A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*. vol. 13, n° 26, 2009.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

LOPES, Antonio Herculano. Um forrobodó entre raça e cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n° 62, São Paulo, out., 2006.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Volume III (1870-1889). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da república*. , Ed. UNICAMP, 2007.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: Olívia M. G. da CUNHA; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007.

SANTOS, Viviani Tavares dos. Manoel da Motta Monteiro Lopes e a construção de laços de identidade entre a etnia negra pelotense. Pelotas, TCC, Departamento de História, UFPel, 2004.